

Plano Diretor Florestal

R\$ 23,7 milhões

Esse será o valor investido até 2028 na região das Bacias PCJ

MARCELO ROCHA

Da Gazeta de Piracicaba
marcelo.rocha@gazetadepiracicaba.com.br

Até 2028, o total de investimentos realizados pela Agência das Bacias PCJ e pelo Comitês PCJ em sua área geográfica de atuação (que engloba 76 municípios) será de, pelo menos, R\$ 23,7 milhões. O valor foi anunciado ontem, durante a terceira consulta pública sobre a revisão do Plano Diretor Florestal das Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Bacias PCJ). Durante evento - realizado no anfiteatro do Departamento de Ciências Florestais da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) - foram apresentados os planos de monitoramento hidrológico e de recuperação florestal, bem como as estratégias para a implementação da diretriz ambiental.

O encontro para discutir a atualização do Plano Diretor Florestal foi promovido pela Agência das Bacias PCJ e pelo Comitês PCJ, com apoio da Câmara Técnica de Proteção e Conservação dos Recursos Naturais (CT-RN) e da Câmara de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural). Na plateia havia gestores públicos, representantes da sociedade civil, do meio acadêmico e membros do Comitês PCJ. Eles acompanharam a apresentação do relatório da revisão do plano, cuja execução técnica está (desde o primeiro semestre de 2017) a cargo da Irrigart, empresa vencedora da licitação realizada pela Agência das Bacias PCJ.

Os R\$ 23,7 milhões - oriundos da cobrança do PCJ-Federal pelo uso da água em rios de domínio da União - serão empregados em ações de cinco Programas de Duração Continuada (PDCs), especialmente o PDC 4 que dispõe sobre "Conservação e Proteção de Corpos D'água" - que receberá o maior aporte de recursos para o desenvolvimento de ações como a implantação de projetos de recomposição florestal em 30 hectares por ano nas



Apresentação do relatório produzido pela empresa Irrigart, responsável pela execução técnica da revisão

'O foco desse novo Plano Diretor Florestal é a conservação da água no solo'

Patrícia Barufaldi

diretora técnica da Agência PCJ

Sobre o principal avanço da nova diretriz de recomposição florestal

áreas de preservação permanente (APPs) e o pagamento por serviços ambientais.

O plano prevê investimentos a curto prazo (R\$ 7.325.000 até 2020), médio prazo (R\$ 8.210.000 entre 2021 e 2024) e a longo prazo (R\$ 8.170.000 entre 2025 e 2028).

AVANÇO

O principal avanço da nova versão do Plano Diretor Florestal, avalia Patrícia Barufaldi, diretora técnica da Agência das Bacias PCJ, "é o foco na conservação da água no solo, para a recarga dos aquíferos".

Redigido em 2008, o atual plano florestal estabelece questões prioritárias como o con-

trole de erosão e o uso e ocupação do solo, entre outras, mas é menos assertivo em relação à conservação de mananciais, explica a diretora técnica da Agência PCJ. "Já este plano, que está sendo finalizado, visa a retenção da água e define áreas estratégicas de mananciais como prioritárias para o reinício da revegetação. Ou seja, prioriza locais onde é necessário que haja a recarga para a estabilização dos cursos de água. Esse é um avanço dessa revisão. Por conta crise hídrica que passamos anos atrás, o plano definiu como estratégia focar nesses mananciais", declara Patrícia.

Para João Demarchi, pesquisador científico do Instituto de Zootecnia, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, que também é coordenador da Câmara Técnica de Proteção e Recursos Naturais (CT-RN) do Comitês PCJ, "as intervenções/atualizações do Plano Diretor Florestal, juntamente com o plano da Política de Mananciais PCJ, têm o intuito de fornecer ao produtor rural novos caminhos, fontes de financiamento e de transferência de co-

nhecimento para que ele se desarme contra essa questão do Código Florestal".

A preservação e a produção devem conviver harmonicamente, diz Demarchi. "Não é mais possível produzir sem preservar" enfatiza. E o meio ambiente, ressalta o pesquisador, precisa ser visto como um todo. "Independente se é área urbana, periurbana ou rural, ele precisa ser visto de uma forma integrada, porque o ciclo da água suplanta essas definições geográficas. Ele não está restrito à área rural ou urbana, e os eventos extremos afetam ambos", afirma.

De acordo com Demarchi, alguns dos principais desafios associados à revisão do Plano Diretor Florestal são a pressão urbana avançada e a competição pelo espaço ("Por exemplo, a pressão econômica para transformar em área urbana zonas que hoje são rurais", diz), a preservação de áreas de mananciais e a transposição dessas águas para outra bacia e a necessidade de "empoderar os municípios para que tomem as decisões corretas, visando o interesse coletivo, o bem plural".

